

Dívida leva Eris e Dauster ao Senado

Externa

Na próxima quarta-feira, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o embaixador brasileiro para a dívida externa, Jório Dauster, farão uma exposição no Senado sobre os termos do acordo para pagamento dos oito bilhões de dólares de juros atrasados da dívida externa brasileira para com bancos privados. Eles entregarão aos senadores um documento informal sobre as diretrizes do acordo, que Dauster garante que estão afinados com os interesses do País. Ontem, ele visitou o presidente do Senado, Mauro Benevides, e o presidente da comissão de finanças, senador Raimundo Lyra, para garantir que o preceito constitucional que estabelece a aprovação do Senado nos processos de renegociação da dívida serão respeitados.

Emobra o acordo tenha sido fechado na segunda-feira, ainda levará cerca de três semanas para que seja colocado em prática. Isto porque o protocolo (**Term Sheet**) ainda não foi fechado, para apresentação e aprovação do Senado Federal. Segundo o acordo, o Brasil pagará o correspondente a 25 por cento dos atrasados da dívida externa, estimado em oito bilhões de dó-

lares, desde que o percentual não ultrapasse a quantia de dois bilhões de dólares, em nove parcelas. O restante será pago em dez anos, com três de carência, em bônus.

Segundo Dauster, os 21 bancos do comitê da dívida aceitaram as condições preliminares do acordo. Agora, o Brasil terá que conseguir a adesão dos demais credores de no mínimo 95 por cento da dívida para que o acordo tenha valor. Segundo ele, os 21 bancos representados no comitê detêm cerca de 50 por cento da dívida brasileira. Além disso, o acordo só terá valor se o Senado aprová-lo: "O Senado não abrirá mão da prerrogativa constitucional e decidirá soberanamente", ressaltou Benevides. Raimundo Lyra disse que o Senado deverá aprovar as "linhas mestras" do acordo, desde que sejam de interesse nacional. "O Senado quer conhecer todos os pontos sem a preocupação de estabelecer prazo", explicou. Após assinado o acordo definitivo (protocolo) o Brasil terá dez dias de prazo para pagar 45 por cento dos 25 por cento dos atrasados, o que se estima em 900 milhões de dólares. O restante serão parcelados.

IVALDO CAVALCANTI



Benevides recebeu Dauster e ouviu dele que o acordo com os credores é bom para o País